



AZ@BXL

Número: 242 Data: 2022.09.30

No título: [Serra de Santa Bárbara e dos Mistérios Negros](#), Reserva Natural na Ilha Terceira

Nota: Localizada na zona ocidental da Terceira, esta Reserva Natural ocupa uma área com cerca de 1587 hectares e integra o ponto mais alto da ilha, a 1021 metros de altitude. A Serra de Santa Bárbara pertence ao vulcão central de Santa Bárbara, cujo topo exhibe uma dupla caldeira formada por dois episódios de colapso principais, sendo que o primeiro terá ocorrido há cerca de 25 mil anos. Esta caldeira, associada ao primeiro episódio, alongada segundo este-oeste e com uma profundidade máxima de cerca de 200 metros, apresenta diâmetros máximo e mínimo de 2,5 quilómetros e 2 quilómetros, respetivamente, enquanto a caldeira mais recente, associada ao segundo episódio, está encaixada na depressão primitiva e parcialmente preenchida por domos traquíticos.

Nos flancos do Vulcão de Santa Bárbara, para além de diversos centros eruptivos basálticos (como cones de escórias), ocorrem cerca de 85 domos e coulées (espessas escoadas lávicas) de natureza traquítica, que definem importantes alinhamentos vulcano-tectónicos, como é o caso dos domos dos Mistérios Negros, relacionados com a erupção histórica de 1761. Nesta área protegida, é possível observar a paisagem natural e ancestral da floresta de nuvens dos Açores, uma das formações vegetais mais raras e valiosas, dominada pelo endemismo *Juniperus brevifolia* (cedro-do-mato) e associada a uma grande diversidade de espécies endémicas como *Vaccinium cylindraceum* (uva-da-serra), *Ilex azorica* (azevinho), *Erica azorica* (urze) e *Laurus azorica* (louro-da-terra). Inúmeros musgos cobrem o solo encharcado formando um complexo de zonas húmidas onde ocorrem turfeiras dominadas por *Sphagnum* sp. Destaca-se também a presença de espécies raras da flora endémica como a *Angelica lignescens* (angélica), a *Euphorbia stygiana stygiana* (trovisco-macho) e a *Lactuca watsoniana* (alfacinha).

Na fauna, salientam-se as aves residentes como as espécies *Buteo buteo rothschildi* (milhafre), *Columba palumbus azorica* (pombo-torcaz dos Açores), *Turdus merula azorensis* (melro), *Erithacus rubecula* (pisco), *Fringilla coelebs moreletti* (tentilhão), *Sylvia atricapilla atlantis* (toutinegra dos Açores), *Motacilla cinerea patriciae* (alvéola), *Regulus regulus inermis* (estrelinha), *Scolopax rusticola* (galinhola) e *Gallinago gallinago* (narceja-comum). Esta área integra uma Zona Especial de Conservação (ZEC) no âmbito da Rede Natura 2000 e está classificada como geossítio do Geoparque Açores – Geoparque Mundial da UNESCO.

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

Destaques



[Declaração dos Membros do Conselho Europeu condenado a anexação ilegal pela Rússia das regiões ucranianas](#)

[Açores integram projeto europeu de gestão dos oceanos](#)

[SATA Air Açores integra lista de membros fundadores da Alliance for Zero-Emission Aviation](#)

[Andreia Carreiro reconhecida pela Comissão Europeia por contribuir para a transformação dos sistemas energéticos locais](#)

[Programa Europa Digital: Comissão Europeia abre concursos no valor de 200 milhões de euros](#)

[Aberto quarto convite à apresentação de propostas Erasmus+ no âmbito da “Iniciativa Universidades Europeias”](#)

[Conselho acorda em medidas de emergência para reduzir os preços da energia](#)

[Conselho e Parlamento chegam a um acordo político provisório sobre o acesso às águas da União](#)

[Pesca ilegal, não declarada e não regulamentada ameaça severamente os ecossistemas marinhos, segundo o TCE](#)

[Comissão Europeia apresenta nova Comunicação e proposta de alteração da Diretiva sobre o Amianto](#)



26 de setembro a 2 de outubro



Virtual Island Summit

A [Cimeira das Ilhas Virtuais](#) é um [evento online](#) global dedicado aos assuntos insulares e à partilha de experiências comuns. A Cimeira das Ilhas Virtuais de 2022 oferece, por exemplo, acesso a especialistas em sustentabilidade, sessões interativas, colaboração intersetorial, ou perceções e discussões sobre os [ODS](#). A Cimeira das Ilhas Virtuais do ano passado teve mais de 11 mil participantes de mais de 500 ilhas.

3 a 6 de outubro



Sessão Plenária do Parlamento Europeu

Os parlamentares europeus, reunidos em Estrasburgo, [debaterão](#) uma série de temáticas, entre as quais poder-se-ão destacar, por exemplo, o debate conjunto relativo à União Europeia da Saúde, a resposta da UE ao aumento dos preços da energia na Europa, o combate por uma aquicultura sustentável e competitiva na UE: o caminho a seguir, ou a Diretiva Equipamento de Rádio: carregador comum para dispositivos eletrónicos.

4 de outubro



Reunião do Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)

Após uma apresentação da Comissão Europeia sobre o ponto da situação, os ministros da Economia e das Finanças da UE [trocarão](#) opiniões sobre os preços elevados da energia e os mercados financeiros. O Conselho debaterá a proposta de regulamento relativo aos capítulos REPowerEU dos planos de recuperação e resiliência, com o objetivo de definir a posição do Conselho (orientação geral) sobre o texto.

A Comissão apresentará o relatório de revisão sobre a execução do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. Seguir-se-á uma troca de opiniões. O Conselho deverá adotar uma decisão de execução, no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, relativa ao plano nacional dos Países Baixos. O Conselho debaterá ainda o impacto económico e financeiro da agressão da Rússia contra a Ucrânia. Por fim, o Conselho procurará aprovar conclusões sobre o financiamento da ação climática na perspetiva da 27.ª Conferência das Partes (COP 27) na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC), a realizar em Charm el-Cheikh, de 6 a 18 de novembro de 2022.

5 e 6 de outubro



Adaptação às alterações climáticas nas RUP: Workshops na Bacia Sudoeste do Oceano Índico

Iniciados pela Comissão Europeia, estes seminários fazem parte do programa de intercâmbio de boas práticas e soluções para a adaptação às alterações climáticas nas Regiões Ultraperiféricas da UE e nos países terceiros vizinhos. O objetivo dos dois primeiros workshops passa por criar intercâmbios de boas práticas e soluções sobre sistemas agrícolas adaptáveis e resilientes, segurança alimentar, adaptação climática e gestão de riscos nas zonas costeiras.

A primeira parte dos workshops centrar-se-á na apresentação de projetos, iniciativas e processos relevantes para os temas propostos, seguida de uma sessão de perguntas e respostas com os participantes. A segunda parte dos workshops tomará a forma de uma mesa-redonda de discussão de temas transversais, iniciativas, problemas adicionais e soluções (parte "resultados"). As apresentações e discussões serão estruturadas em torno das seguintes considerações: relevância das iniciativas, resultados tangíveis, abordagem inovadora do processo/resultados alcançados, opções de transferibilidade e reprodutibilidade dos resultados em toda a bacia marítima e para além dela. As inscrições poderão ser efetuadas [aqui](#) até ao dia 3 de outubro.

6 de outubro



Reunião da Comunidade Política Europeia

No dia 6 de outubro de 2022, em Praga, a primeira reunião da Comunidade Política Europeia [juntará](#) dirigentes de todo o continente num espírito de unidade, antes da reunião informal dos chefes de Estado ou de Governo. A Comunidade Política Europeia tem por objetivo: promover o diálogo político e a cooperação para abordar questões de interesse comum; reforçar a segurança, a estabilidade e a prosperidade do continente europeu.

Esta plataforma de coordenação política não substitui as organizações, estruturas e processos existentes nem visa criar novas organizações, estruturas ou processos nesta fase.

O presidente do Conselho Europeu e o primeiro-ministro da República Checa convidaram os seguintes participantes para esta primeira reunião da Comunidade Política Europeia: Estados-Membros da UE27; Albânia; Arménia; Azerbaijão; Bósnia-Herzegovina; Geórgia; Islândia; Kosovo; Listenstaine; Moldávia; Montenegro; Macedónia do Norte; Noruega; Sérvia; Suíça; Turquia; Ucrânia; Reino Unido; presidente da Comissão Europeia.



Evento de Lançamento da Rede da PAC

O lançamento da Rede da PAC terá [lugar](#) na quinta-feira, 6 de outubro de 2022, em Bruxelas. A Rede da PAC servirá de plataforma para a troca de conhecimentos e informações, para a aprendizagem entre pares, e para a partilha de experiências e boas práticas na implementação da PAC. Reunirá sob uma única rede a nível da UE os atuais interessados, abrangendo a inovação, a implementação e a avaliação, e também envolverá novos interessados.

Este evento será construído em torno de sessões interativas e outras atividades, incluindo a Cerimónia dos [Prémios de Inspiração Rural de 2022](#). Os participantes serão convidados a participar em diferentes workshops sobre implementação, inovação, avaliação e comunicação. Está aberta uma área marginal para as partes interessadas realizarem as suas próprias sessões. O evento oferecerá também oportunidades de trabalho em rede e intercâmbios entre pares. [Programa provisório](#).

7 de outubro



Instrumentos financeiros do FEDER - Aptos para 2021-2027

A Comissão Europeia - Direção-Geral da Política Regional e Urbana (DG REGIO) e o Banco Europeu de Investimento (BEI) irão organizar a conferência "Instrumentos financeiros do FEDER - Aptos para 2021-2027", que terá lugar na sexta-feira, 7 de outubro de 2022, das 9h00 às 16h00, em Bruxelas e em linha. Todas as informações relativas ao evento poderão ser consultadas [aqui](#).



Reunião informal dos chefes de Estado e de Governo

Os chefes de Estado e de Governo da União Europeia reunir-se-ão informalmente em Praga, na sequência do convite formulado pela Presidência checa do Conselho da União Europeia. O programa, assim como os restantes detalhes do encontro poderão ser acedidos [aqui](#).

10 de outubro



Conferência Anual do Orçamento da UE 2022 - Reforçar a autonomia estratégica da UE - um orçamento para uma Europa geopolítica

A invasão russa não provocada e injustificada da Ucrânia abalou a arquitetura de segurança europeia e levou a uma reavaliação urgente do papel geopolítico da Europa. Revelou também fraquezas resultantes da dependência energética da UE. A abordagem destes desafios requer uma resposta financeira robusta e uma visão de futuro a nível global e europeu. A [Conferência Anual do Orçamento da UE](#) deste ano centra-se no papel do orçamento da UE no apoio ao papel geopolítico da Europa e na construção da sua autonomia estratégica.

Oradores de alto nível - decisores políticos europeus e mundiais, investigadores, representantes de grupos de reflexão, sociedade em geral e líderes empresariais - debaterão uma vasta gama de questões atuais numa discussão animada, aberta e inclusiva, para a qual o público mais vasto será convidado a contribuir. A conferência decorrerá em Bruxelas, mas poderá ser acompanhada remotamente.

10 a 12 de outubro



Comité das Regiões Europeu

151ª Sessão Plenária do Comité das Regiões Europeu

Decorrerá entre os dias 10 e 12 de outubro, no Edifício Charlemagne, a [151ª Sessão Plenária do Comité das Regiões Europeu](#). Entre as principais temáticas, destacam-se a abertura da [20ª Semana Europeia das Regiões e dos Municípios](#); o debate sobre o [Relatório Anual da UE sobre o Estado das Regiões e das Cidades da União Europeia](#); o debate sobre a [COP27](#); o debate sobre as prioridades da Presidência checa do Conselho da União Europeia; e, o debate sobre o Futuro da Europa.

10 a 13 de outubro



Comité das Regiões Europeu

Semana Europeia das Regiões e dos Municípios 2022 – Aberto período de inscrições

A 20ª edição da *EURegionsWeek* irá [decorrer](#) de 10 a 13 de outubro. O programa híbrido deste ano inclui uma exposição virtual e sessões em linha e no local dedicadas aos seguintes temas: Transição verde; Coesão Territorial; Transição digital; Empoderamento da juventude.

Mais de mil oradores de toda a UE durante 386 horas de conferências interativas espalhadas por 4 dias, e mais de 80 videoclips mostrarão histórias e testemunhos sobre projetos concretos. O registo para uma sessão no local dá acesso à sessão remota, mas os lugares físicos são assegurados por ordem de chegada. A extensão da presença física será sujeita à avaliação das medidas sanitárias da COVID.

As Regiões Ultraperiféricas, junto com a Comissão Europeia, encontram-se a organizar o Workshop intitulado "Capacitação dos jovens nas Regiões Ultraperiféricas", que terá lugar terça-feira, 11 de outubro de 2022, entre as 14:30 e as 16:00. Pode proceder [aqui](#) à sua inscrição para acompanhar o Workshop "Youth empowerment in the EU's Outermost regions" Atelier ONLINE - 11WS22262".

11 e 12 de outubro



Reunião informal dos ministros da Energia

As reuniões oficiais do Conselho são organizadas pelo Conselho da UE e dirigidas pela Presidência do Conselho. No entanto, cada Presidência do Conselho organiza também reuniões informais de ministros para debater iniciativas relacionadas com um determinado tema ou formação do Conselho. Mais informações sobre a ordem do dia e os resultados desta reunião estão disponíveis no [sítio Web da Presidência](#).

19 de outubro



Apoiar a educação e a aprendizagem com instrumentos financeiros

A Comissão Europeia - Direção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão (DG EMPL) e o Banco Europeu de Investimento (BEI) irão realizar em conjunto o evento "Apoiar a educação e a aprendizagem com instrumentos financeiros", que terá lugar na quarta-feira, 19 de outubro de 2022, das 12.30 às 16.30, em Bruxelas. O programa poderá ser consultado [aqui](#). As inscrições podem ser efetuadas [aqui](#).

Até 20 de outubro



Concurso da UE para jovens tradutores

As escolas secundárias de todos os países da UE podem agora inscrever-se no [Juvenes Translatores](#), o concurso anual de tradução organizado pela Comissão Europeia. A partir de 2 de setembro às 12h00 (hora da Europa Central), as escolas podem [inscrever-se em linha](#) para que os seus alunos possam competir com colegas de toda a UE. Este ano, os concorrentes traduzirão textos sobre o tema «Juventude europeia».

Os participantes podem escolher qualquer par de línguas entre as 24 línguas oficiais da UE (552 combinações linguísticas possíveis).

A participação no concurso é um processo em duas fases. Na primeira fase, as escolas devem inscrever-se até às 12h00 (hora da Europa Central) de 20 de outubro de 2022. Os professores podem preencher o formulário de inscrição em qualquer uma das 24 línguas oficiais da UE.



Convite para carregamento de posições no âmbito da consulta "Reforçar o diálogo social"

Tal como anunciado no Plano de Ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, a Comissão Europeia [apresentará](#) em 2022 uma iniciativa para apoiar o diálogo social a nível da UE e nacional. No âmbito desta iniciativa, a Comissão apresentará uma proposta de recomendação do Conselho. A recomendação promoverá e reforçará as condições para o diálogo social, incluindo a negociação coletiva, a nível nacional.

O presente convite a apresentar contributos está aberto a comentários até ao dia 20 de outubro. Os contributos recebidos serão tidos em conta. Os contributos recebidos serão publicados, pelo que devem respeitar as [regras aplicáveis](#).

Até 24 de outubro



Saúde dos solos – proteção, gestão sustentável e recuperação dos solos da UE

Está aberto até ao dia 24 de outubro um [período de consulta pública dedicado à "Saúde dos solos – proteção, gestão sustentável e recuperação dos solos da UE"](#). A Comissão Europeia refere que «os solos são essenciais para a alimentação, a natureza e a economia, pelo que merecem o mesmo nível de proteção que a água, o ar ou o meio marinho. A proposta de ato legislativo sobre a saúde dos solos, anunciada na Estratégia de Proteção do Solo da UE para 2030, visa: definir as condições adequadas à saúde dos solos; determinar opções para a monitorização dos solos; estabelecer regras conducentes à utilização sustentável e à recuperação dos solos».

A Comissão Europeia prevê publicar uma nova proposta de diretiva relativa aos solos no segundo trimestre de 2023. Esta nova proposta terá em consideração os contributos recebidos.

Até 25 de outubro



Começa a 11 de outubro fase de candidaturas para 35 mil passes ferroviários gratuitos para os jovens descobrirem a Europa

A próxima fase de candidaturas para o [DiscoverEU](#) terá início na terça-feira, 11 de outubro, às 11h00 (hora de Portugal Continental), e terminará na terça-feira, 25 de outubro, à mesma hora. Pela segunda vez este ano, 35 mil jovens receberão um passe ferroviário para explorar a Europa e a sua rica cultura. As candidaturas estão abertas a jovens dos países do programa [Erasmus+](#), onde também se incluem a Islândia, o Listenstaine, a Macedónia do Norte, a Noruega, a Sérvia e a Turquia.

Para concorrer a um passe de viagem, os jovens podem candidatar-se no [Portal Europeu da Juventude](#), onde terão de responder a cinco perguntas e a uma pergunta suplementar. Os candidatos que tenham dado as respostas corretas no questionário de seleção e que tenham nascido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2004 poderão viajar na Europa por um período máximo de 30 dias entre 1 de março de 2023 a 29 de fevereiro de 2024. Os que completarem 18 anos no primeiro semestre do próximo ano poderão candidatar-se na ronda de março de 2023.

Com esta segunda ronda deste ano, graças ao aumento do orçamento no âmbito do Ano Europeu da Juventude, serão disponibilizados, no total, 70 mil passes de viagem em 2022. Além disso, os beneficiários continuarão a beneficiar de um [cartão de desconto](#) com mais de 40 mil possibilidades de desconto em transportes públicos, atividades culturais, alojamento, alimentação, desporto e outros serviços disponíveis nos países elegíveis. Poderão também aderir aos [encontros DiscoverEU](#), uma iniciativa lançada no verão de 2022, que consiste num programa cultural estimulante de um a três dias nos países do programa Erasmus+.

28 de outubro



Cimeira sobre Investimento Sustentável da UE

Dada a natureza global deste desafio, a Cimeira sobre Investimento Sustentável da UE, o evento anual emblemático da Comissão Europeia sobre investimento sustentável, reúne decisores e partes interessadas para discutir questões e desafios-chave. A primeira edição decorreu em 2021, no seguimento da adoção do Pacto Ecológico, que estabelece o objetivo da Europa se tornar o primeiro continente neutro em termos climáticos até 2050, e incorpora o Plano Europeu de Investimento para desbloquear investimentos e financiamentos que sustentam este esforço.

Building Tomorrow, a segunda edição da Cimeira de Investimento Sustentável da UE, será uma oportunidade de acelerar a transição para a neutralidade climática. À luz da agressão da Rússia à Ucrânia, o [Plano REPowerEU](#) da Comissão traçará um rumo a seguir para reduzir rapidamente a dependência dos combustíveis fósseis russos e acelerar a transição verde, aumentando ao mesmo tempo a resiliência do sistema energético a nível da UE. O programa e o registo estão disponíveis nesta [ligação](#).

8 de novembro



CANADA-EUROPE
ECONOMIC CHAMBER | EU

Cimeira Empresarial UE-Canadá 2022

A [Cimeira Empresarial UE-Canadá 2022](#) é um evento de um dia realizado uma vez por ano em Bruxelas, que reúne centenas de decisores políticos e empresariais do Canadá, da UE e do mundo.

A UE e o Canadá têm uma história comum, valores comuns, um compromisso de preservar e promover a ordem internacional baseada em regras e têm ambições comuns para o futuro como a colaboração no comércio, alterações climáticas, tecnologia, questões de segurança, direitos humanos, e outros. Inscrições [aqui](#).

Até 21 de novembro



Salvaguarda da liberdade dos meios de comunicação social na UE: novas regras

Os recentes acontecimentos em países da UE relativos à propriedade, gestão ou funcionamento de determinados órgãos de comunicação social indicam uma crescente ingerência neste setor. A presente iniciativa visa garantir um melhor funcionamento do mercado dos meios de comunicação social da UE mediante o reforço da segurança jurídica e a eliminação dos obstáculos ao mercado interno. As regras estabelecem um mecanismo para promover a transparência, a independência e a responsabilização por medidas que afetem os mercados dos meios de comunicação social, a liberdade e o pluralismo na UE.

A Comissão Europeia [convida](#) todas as partes interessadas a carregarem os seus contributos relativos à proposta de regulamento até ao próximo dia 21 de novembro.

5 de dezembro



Dia Mundial dos Solos

No dia 5 de dezembro celebra-se o [Dia Mundial dos Solos das Nações Unidas](#). A temática deste ano, "Solos, onde os alimentos começam" destaca o valor dos solos para a produção de alimentos, melhor nutrição, e dietas saudáveis.

Os solos são compostos por organismos, minerais e matéria orgânica que fornecem alimentos aos seres humanos e animais através do crescimento das plantas. Segundo as Nações Unidas «tal como nós, os solos precisam de uma alimentação equilibrada e variada de nutrientes em quantidades adequadas para serem saudáveis. Quando as culturas são colhidas, os nutrientes são removidos do solo. Os solos deficitários em nutrientes produzem plantas subnutridas, causando fome a mais de 2 mil milhões de pessoas em todo o mundo.».

8 e 9 de dezembro



Conferência “Perspetivas Agrícolas da UE 2022”

A [conferência EU Agricultural Outlook](#) é o evento anual de intercâmbio entre as partes interessadas sobre as perspetivas económicas agrícolas. Inclui a discussão do quadro político e considerações sobre as incertezas em torno da evolução do mercado nos próximos 10 anos.

Através de intervenções de altos representantes das instituições da UE e organizações internacionais, e de painéis de discussão, este evento orientado para o futuro reúne agricultores, peritos agroalimentares e outros atores rurais para discutir questões atuais, para além de examinar perspetivas a médio prazo para os mercados agrícolas, tendo como horizonte o ano de 2032.

Até 21 de dezembro



Defesa do consumidor — reforço da cooperação em matéria de aplicação da legislação

A digitalização dos mercados de consumo e os novos modelos empresariais colocam novos desafios à aplicação da legislação da UE em matéria de defesa do consumidor. As autoridades de defesa do consumidor e a Comissão devem cooperar estreitamente para combater de forma eficaz as práticas comerciais além-fronteiras não conformes. É fundamental dar uma resposta flexível, desencorajante, eficaz em termos de custos e rápida, em especial se as infrações forem generalizadas ou afetarem setores inteiros.

A presente iniciativa introduz alterações específicas ao Regulamento relativo à cooperação no domínio da defesa do consumidor com vista a responder a estas questões. Todas as partes interessadas [poderão](#) contribuir para esta consulta pública ao carregarem os seus contributos até ao dia 21 de dezembro. A proposta de regulamento deverá ser adotada pela Comissão Europeia no primeiro semestre de 2023.



Agricultura e Alimentação

Estratégia do Prado ao Prato: Estados-Membros apoiam proposta da Comissão de baixar os limites de resíduos de pesticidas para melhor proteger as abelhas

Os Estados-Membros [apoiam](#) a proposta da Comissão de baixar os limites máximos de resíduos (LMR) de dois pesticidas neonicotinóides conhecidos por terem efeitos adversos sobre as abelhas. As avaliações da Agência Europeia de Segurança dos Alimentos mostram que a [clotianidina](#) e o [tiametoxame](#) representam um risco elevado para os polinizadores. Por esta razão, a sua utilização no exterior já tinha sido proibida na UE em 2018. Para as importações de alimentos para consumo humano e animal, as novas regras irão baixar os limites máximos de resíduos existentes para estas substâncias para o nível mais baixo que pode ser medido com a tecnologia mais recente. Espera-se que as regras sejam adotadas até ao início do próximo ano. Os operadores do setor alimentar e países terceiros terão tempo suficiente para se adaptarem às novas regras. Os novos LMR

serão aplicáveis aos alimentos produzidos na UE - onde o limiar já é muito baixo - e aos alimentos importados de países terceiros.

Conclusões da reunião dos ministros da agricultura e das pescas da União Europeia – 26 de setembro

Para continuar a estreita coordenação para contrariar as consequências da agressão da Rússia contra a Ucrânia, o ministro ucraniano da Política Agrária e Alimentação, Mykola Solskyi, juntou-se aos ministros da UE para discutir a atual situação da produção agrícola e logística na Ucrânia, bem como a implementação das vias de solidariedade da UE. Os ministros [saudaram](#) a última atualização sobre as colheitas e produtividades agrícolas, incluindo o nível relativamente estável da produção cerealífera. Globalmente, os ministros saudaram a reabertura dos portos do Mar Negro, mas salientaram que a situação atual continua difícil tanto na Ucrânia como a nível global. Os ministros também trocaram pontos de vista sobre o resultado positivo das rotas de transporte, que tornam possível a entrega de culturas ucranianas a países terceiros, e apelaram a que se prevejam mais investimentos para as vias de solidariedade.

Quanto às pescas e antes do ciclo anual regular de debates sobre a fixação das possibilidades de pesca para 2023, que culminará no Conselho de Agricultura e Pescas de dezembro, os ministros trocaram opiniões sobre a gestão dos recursos haliêuticos partilhados com o Reino Unido. Os ministros saudaram a entrega atempada da proposta da Comissão para a especificação da posição da UE e recordaram a importância primordial dos pareceres científicos como base para os próximos debates. Os ministros delinearam ainda as suas prioridades nacionais e as principais questões para as próximas consultas. Além disso, os ministros trocaram opiniões sobre as consultas anuais com a Noruega e os Estados costeiros, que sofreram grandes alterações desde Brexit.



Ambiente

Ação Climática: emissões de CO₂ dos automóveis novos caíram em 2020, com as vendas de veículos com emissões zero e baixas a triplicarem

Os [dados finais](#) de monitorização publicados pela Agência Europeia do Ambiente [confirmam](#) que as emissões médias de CO₂ dos automóveis novos registados na UE, Islândia, Noruega e Reino Unido em 2020 diminuíram 12% em comparação com os níveis de 2019. Esta é de longe a maior diminuição anual de emissões desde que as normas de CO₂ começaram a ser aplicadas em 2010, e coincide com a fase em que as normas de emissões de CO₂ para automóveis foram mais rigorosas em toda a UE, a partir de 1 de janeiro de 2020. Para o período 2020-2024, o Regulamento fixa os objetivos de emissão de CO₂ para toda a frota da UE em 95 g CO₂/km para os automóveis recém-registados e em 147g CO₂/km para as furgonetas recém-registadas, dando um forte incentivo aos fabricantes para produzirem veículos mais limpos.

O aumento da percentagem de registos de veículos elétricos foi um fator importante, com as vendas a triplicarem de 3,5% em 2019 para 11,6% em 2020. As medidas de recuperação específicas postas em prática pelos Estados-Membros também estimularam a aceitação de veículos com emissões zero e baixas e investimentos em infraestruturas de recarga. Apesar da retração do mercado global de automóveis novos em 2020 devido à COVID-19, o número total de automóveis elétricos novos aumentou, atingindo pela primeira vez mais de 1 milhão. Os dados finais mostram que a legislação europeia sobre normas de emissões de CO₂ continua a ser um instrumento eficaz para reduzir as emissões de CO₂ dos automóveis e furgonetas. A maioria dos fabricantes cumpriu as suas metas de emissões, mas os dados finais confirmam que serão recolhidos mais de 500 milhões de euros de fabricantes que se verificou terem excedido a sua meta de emissões em 2020. Uma nova revisão das normas de emissões de CO₂ para as alinhar com as ambições climáticas mais elevadas da UE faz parte das 55 propostas da Comissão, apresentadas em julho de 2021.

Mais signatários aderem à Missão da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas

Mais cem regiões e autoridades locais [assinaram](#) a [Carta da Missão da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas](#) comprometendo-se a cumprir objetivos do Pacto Ecológico Europeu e da [Estratégia da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas](#). Estas [regiões e autoridades locais](#) declararam a sua vontade de cooperar, mobilizar recursos e desenvolver atividades para alcançar objetivos de adaptação. Outras 23 empresas privadas, centros de serviços, redes de investigação e grupos de ação local dedicados a melhorar a resiliência climática irão subscrever a Carta e tornar-se Amigos da Missão. Já em [junho](#) a carta tinha sido subscrita por outra série de atores.

O número total de signatários da Carta da Missão ascende agora a 215 de 24 Estados-Membros, com mais 13 partes provenientes de países associados ou potencialmente associados ao Horizonte Europa - o programa de investigação e inovação da UE. Todos os signatários farão parte de uma comunidade de práticas de adaptação às alterações climáticas que lhes permitirá trabalhar em rede, ligar e partilhar experiências, e serão convidados para um evento de coordenação no final do ano.



Coesão e Solidariedade Interna da UE

Política de Coesão da UE: 1,64 mil milhões de euros para a transição climática na República Checa

Graças ao Fundo de Transição Justa (JTF), a República Checa [receberá](#) 1,64 mil milhões de euros em subvenções da UE para apoiar os esforços do país no sentido de eliminar progressivamente a energia alimentada a carvão até 2033 e assegurar uma transição justa para a neutralidade climática.

O JTF ajudará, em particular, as regiões checas de Karlovarsky, Ústecky e Moravskoslezsky, onde existe uma elevada concentração de indústrias intensivas em carbono com 21 mil empregos ligados à indústria do carvão e química. O JTF assegurará que a transição climática não deixará ninguém para trás.

Conclusões do Conselho da União Europeia relativas ao Relatório Especial n.º 8/2022 do Tribunal de Contas Europeu, intitulado "Apoio do FEDER à competitividade das PME: as insuficiências de conceção diminuem a eficácia do financiamento"

O Conselho [reconhece](#) «que as PME são um pilar da economia da UE e que a política da União visa aumentar a sua competitividade, e sublinha que os fundos da política de coesão, em particular o FEDER, são uma das principais fontes de financiamento de que a UE dispõe para apoiar as PME. Uma das principais prioridades dos programas de 2021-2027 consistirá em pôr a tónica no reforço do crescimento sustentável e da competitividade das PME.».

Por outro lado, compartilha «a opinião que a Comissão exprimiu nas suas respostas às conclusões e recomendações incluídas no relatório do Tribunal, e, em especial, que: a autoridade de gestão é, em última instância, responsável pela elaboração de procedimentos e critérios de seleção adequados e ambiciosos para a seleção de operações, a fim de assegurar que as operações contribuam para a realização dos objetivos e resultados específicos dos eixos prioritários relevantes; dentro deste quadro jurídico, a autoridade de gestão pode escolher entre convites concorrenciais e não concorrenciais, tendo devidamente em conta as vantagens e inconvenientes de cada método, conforme adequado, e com o objetivo de maximizar o impacto positivo do financiamento da União em relação a cada situação; e o recurso a instrumentos financeiros é discutido com as autoridades de gestão ao nível dos objetivos específicos durante a negociação do programa.».

Comissão propõe conceder mais 900 milhões de euros à Grécia, 29 milhões de euros a Chipre e 300 milhões de euros a Portugal ao abrigo do SURE

A Comissão Europeia [apresentou](#) ao Conselho três propostas de decisões de concessão de apoio financeiro ao abrigo do instrumento "Apoio à mitigação dos riscos de desemprego em caso de emergência" (SURE): 900 milhões de euros adicionais para a Grécia, elevando o apoio total ao país para 6,2 mil milhões de euros, 26 milhões de euros adicionais para Chipre, elevando o apoio total para 632 milhões de euros, e 300 milhões de euros adicionais para Portugal, elevando o apoio total para 6,2 mil milhões de euros.

Uma vez que o Conselho aprove as propostas, o apoio financeiro será concedido sob a forma de empréstimos concedidos em condições favoráveis. Os empréstimos aos três países financiarão despesas passadas na continuação de medidas que foram introduzidas para fazer face ao grave impacto socioeconómico da crise da COVID-19. O empréstimo à Grécia ajudará a cobrir os custos incorridos em 2021 relacionados com a continuação de um regime de trabalho a tempo reduzido e um regime que cobre as contribuições para a segurança social para a preservação do emprego. O empréstimo a Chipre contribuirá para financiar as despesas incorridas em 2021 para a continuação de um regime de trabalho a tempo reduzido e medidas semelhantes para os trabalhadores independentes e setores específicos da indústria do turismo. O empréstimo a Portugal ajudará principalmente a financiar as despesas incorridas até maio de 2022 relacionadas com a continuação de numerosas medidas relacionadas com o mercado de trabalho e saúde. Há agora dez Estados-Membros que solicitaram apoio adicional SURE para além do apoio que o Conselho já tinha aprovado em 2020: Bélgica, Chipre, Grécia, Letónia, Lituânia, Malta, Hungria, Bulgária, Croácia e Portugal.



Auxílios estatais: Comissão aprova um regime irlandês de 20 milhões de euros para apoiar o desenvolvimento de jogos digitais culturais

A Comissão Europeia [aprovou](#), ao abrigo das regras da UE sobre auxílios estatais, um regime irlandês de 20 milhões de euros para apoiar o desenvolvimento de jogos digitais culturais. A medida destina-se a incentivar projetos que contribuam para uma paisagem cultural variada e que enriqueçam o setor audiovisual digital europeu. A medida estará aberta a empresas de desenvolvimento de jogos digitais sujeitas a tributação na Irlanda.

Ao abrigo deste regime, o apoio assumirá a forma de crédito fiscal até 8 milhões de euros por beneficiário. O montante máximo do crédito fiscal será igual a 32% dos custos elegíveis, ou seja (i) as despesas efetuadas com o desenvolvimento de um jogo digital no Espaço Económico Europeu, (ii) 80% das despesas totais efetuadas com o desenvolvimento de um jogo digital, ou (iii) 25 milhões de euros, o que for mais baixo. O regime funcionará até 31 de dezembro de 2025. A Comissão avaliou a medida ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, em particular o artigo 107(3)(d) do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, que permite aos Estados-Membros conceder auxílios para promover a cultura e a

conservação do património. A Comissão considerou que o regime é necessário e adequado para facilitar o desenvolvimento de jogos de vídeo culturais e educativos. Além disso, a medida irá contribuir para a promoção da cultura.



Defesa e Segurança

Ucrânia precisa de arsenal pesado - Europa deve ser capaz de dar o próximo passo

Ao discursar na "Noite das Ideias Europeias" em Berlim, a presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, [apelou](#) a um maior apoio à Ucrânia. "Os tanques são necessários. Temos de ser capazes de dar esse próximo passo". "A Europa está a enfrentar novos tempos. Estamos encarregues de lidar com a perfeita tempestade de inflação, incerteza política, escassez de alimentos, aumento do custo de vida e diminuição do fornecimento de energia, enquanto os preços da eletricidade sobem em flecha. Tudo isto é enquadrado no contexto da guerra no nosso continente com a invasão brutal da Ucrânia e a incerteza política que conduz cada vez mais pessoas ao conforto das franjas. A tarefa é enorme. Não é fácil. Não é fácil para nós no Parlamento Europeu, para ninguém na Alemanha e não é fácil para qualquer Estado Membro ou Governo."



Direitos humanos, Igualdade de género, LGBTIQ, Inclusão social

UE reforça apoio à proteção dos defensores dos direitos humanos em todo o mundo

Os direitos humanos estão cada vez mais ameaçados em todo o mundo. Neste contexto mundial, reiterando o forte apoio da União Europeia aos direitos humanos, às liberdades fundamentais e à democracia, bem como aos seus defensores em todo o mundo, a comissária europeia Jutta Urpilainen [assinou](#), na presença de organizações da sociedade civil e de defensores dos direitos humanos, um compromisso para aumentar substancialmente a dotação destinada à nova fase do Mecanismo da UE para proteção dos defensores dos direitos humanos, elevando assim o montante para 30 milhões de euros para o período de 2022-2027.

O Mecanismo da UE para proteção dos defensores dos direitos humanos é o principal programa da UE de apoio aos defensores dos direitos humanos em todo o mundo, uma prioridade fundamental do [Programa Europa Global para os direitos humanos e a democracia](#), dotado de um orçamento de 1,5 mil milhões de euros. Este mecanismo é gerido pelo [ProtectDefenders.eu](#), um consórcio de 12 ONG ativas na defesa dos direitos humanos. Estes fundos adicionais permitirão ao [ProtectDefenders.eu](#) prestar a um maior número de defensores dos direitos humanos em situação de risco um apoio eficiente, estratégico e flexível a muito curto, médio e longo prazo.



Economia e Mercado

Novas regras de responsabilidade aplicáveis aos produtos e à inteligência artificial para proteger os consumidores e promover a inovação

A Comissão Europeia [adotou](#) duas propostas para adaptar as regras de responsabilidade à era digital, à economia circular e ao impacto das cadeias de valor mundiais. Em primeiro lugar, propõe modernizar as regras existentes sobre a responsabilidade objetiva dos fabricantes pelos produtos defeituosos (desde as tecnologias inteligentes aos produtos farmacêuticos). As regras revistas proporcionarão às empresas segurança jurídica para que possam investir em produtos novos e inovadores e garantirão que as vítimas possam obter uma compensação justa quando os produtos defeituosos, incluindo produtos digitais e produtos reconicionados, provocarem danos. Em segundo lugar, a Comissão propõe, pela primeira vez, uma harmonização específica das regras nacionais em matéria de responsabilidade no domínio da IA, tornando mais fácil para as vítimas de danos relacionados com a IA obter uma indemnização. Em consonância com os objetivos do Livro Branco sobre a IA e com a proposta da Comissão de 2021 relativa ao [Regulamento Inteligência Artificial](#), que estabelece um quadro para a excelência e a confiança na IA, as novas regras garantirão que as vítimas lesadas por produtos ou serviços de IA beneficiem do mesmo nível de proteção a que teriam direito se os danos fossem causados em quaisquer outras circunstâncias.

As atuais regras da UE em matéria de responsabilidade dos produtos, baseadas na responsabilidade objetiva dos fabricantes, têm quase 40 anos. A existência de normas modernas em matéria de responsabilidade é importante para a transformação ecológica e digital e, especificamente, para a adaptação às novas tecnologias, como a inteligência artificial. É necessário proporcionar segurança jurídica às empresas e garantir que os consumidores estão bem protegidos caso algo corra mal.

Nas suas [Orientações Políticas](#), a presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, definiu uma abordagem europeia coordenada em matéria de inteligência artificial. A Comissão comprometeu-se a promover a adoção da IA e a abordar de forma holística os riscos associados às suas utilizações e danos potenciais. No seu [Livro Branco sobre a IA](#), de 19 de fevereiro de 2020, a Comissão comprometeu-se a promover a adoção da IA e a abordar os riscos associados a algumas das suas utilizações, fomentando a

excelência e a confiança. No relatório relativo à responsabilidade decorrente da IA que acompanha o livro branco, a Comissão identificou os desafios específicos que a IA coloca às regras existentes em matéria de responsabilidade.

A Comissão adotou a sua proposta de [Regulamento Inteligência Artificial](#), que estabelece regras horizontais em matéria de inteligência artificial, centrando-se na prevenção de danos, em abril de 2021. O Regulamento Inteligência Artificial é uma iniciativa emblemática destinada a garantir a segurança e a fiabilidade dos sistemas de IA de risco elevado desenvolvidos e utilizados na UE. Garantirá a segurança e os direitos fundamentais das pessoas e das empresas, reforçando simultaneamente a adoção da IA e o investimento e inovação neste domínio. O pacote de responsabilidade em matéria de IA complementa o Regulamento Inteligência Artificial ao facilitar as ações de indemnização de direito civil relativas a responsabilidade culposa e ao estabelecer um novo padrão de confiança na possibilidade de reparação. A Diretiva Responsabilidade da IA adapta o direito privado aos novos desafios decorrentes da IA. Juntamente com a revisão da Diretiva Responsabilidade dos Produtos, estas iniciativas complementam os esforços desenvolvidos pela Comissão para adaptar as regras de responsabilidade à transição ecológica e digital.

Mercados financeiros: Comissão adota duas decisões adicionais de equivalência para jurisdições não comunitárias

A Comissão Europeia [adotou](#) duas decisões que determinam que os quadros jurídicos e de supervisão das contrapartes centrais (CCP) na Colômbia e em Taiwan são equivalentes aos requisitos aplicáveis ao abrigo do Regulamento das [Infraestruturas do Mercado Europeu](#) (EMIR). As decisões de hoje permitem que estas CCP solicitem o reconhecimento pela Autoridade Europeia de Valores Mobiliários e Mercados (ESMA). Uma vez reconhecidas, essas CCP poderão prestar serviços de compensação central na UE aos membros de compensação e às plataformas de negociação da UE. Estas decisões são do interesse da UE, uma vez que facilitarão o acesso dos membros de compensação da UE a estas CCP estrangeiras e aos produtos de compensação denominados em moedas locais. As CCP são organismos que operam entre o comprador e o vendedor de um contrato de derivados, tornando-se o comprador para cada vendedor e o vendedor para cada comprador. A sua utilização foi encorajada pelo G20, na sequência da crise financeira, para reduzir o risco no comércio de derivados. Os mercados de produtos derivados são de natureza global.

BCE compromete-se a combater a inflação e a restabelecer a confiança

A presidente do BCE [anunciou](#) nova subida das taxas de juro aos eurodeputados expressando a sua preocupação com a inflação e o aumento das taxas hipotecárias. Na segunda-feira à tarde, na terceira audição do ano da presidente do Banco Central Europeu, Christine Lagarde, os eurodeputados da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu discutiram formas de evitar a fragmentação entre os Estados-Membros e de reduzir a inflação de forma uniforme em toda a zona euro.

Analisaram também o desenvolvimento planeado do Instrumento de Proteção da Transmissão (ITR), que visa assegurar que a política monetária do BCE seja efetivamente aplicada a todos os membros da zona euro, a fim de assegurar a estabilidade dos preços. Os eurodeputados perguntaram como é que o BCE decidiria se um país era elegível para a compra de ativos e se a compra da dívida de países altamente endividados poderia alimentar a inflação e introduzir riscos.

Lagarde esclareceu que o instrumento se destina a assegurar a implementação da política monetária do BCE através de ações específicas em países que cumprem os critérios de elegibilidade (compatibilidade com o quadro fiscal europeu, ausência de desequilíbrios macroeconómicos graves, dívida pública sustentável e políticas macroeconómicas sustentáveis).

Mercado Único: Comissão empenhada na transparência e cooperação com os Estados-Membros

Na sequência da recente proposta de novas regras para lidar com futuras emergências no Mercado Único, a Comissão Europeia [destacou](#) os instrumentos-chave disponíveis para assegurar a livre circulação de bens e serviços e, assim, o bom funcionamento do Mercado Único.

Por um lado, a Comissão publicou um [relatório](#) sobre a implementação da [diretiva relativa à transparência do mercado único](#), que mostra que os Estados-Membros aumentaram a transparência na adoção de regulamentos técnicos nacionais para produtos e serviços da sociedade da informação. Também reforçaram a cooperação entre si e com a Comissão Europeia para resolver problemas que possam surgir de tais regulamentos e para assegurar o bom funcionamento do mercado único. Este princípio de transparência permitiu uma abordagem coordenada durante a grave pandemia da COVID-19, assegurando que o mercado único continuasse a satisfazer as necessidades dos cidadãos e das empresas.

Por outro lado, a Comissão realizou uma reunião do [Grupo de Missão para a Aplicação do Mercado Único](#), um fórum-chave para a cooperação entre os Estados-Membros e a Comissão para enfrentar obstáculos concretos no Mercado Único. Durante a reunião, a Comissão apresentou várias boas práticas adotadas pelos Estados-Membros para racionalizar os requisitos administrativos para os prestadores de serviços transfronteiriços, tais como a utilização de ferramentas eletrónicas modernas para o intercâmbio de documentos e a redução dos encargos administrativos para as empresas. Os Estados-Membros concordaram em analisar as diferentes boas práticas para ver quais poderiam funcionar no seu país.

NextGenerationEU: Comissão Europeia aprova avaliação preliminar positiva do pedido da Itália de desembolso de 21 mil milhões de euros ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência

A Comissão Europeia [deu](#) aval à avaliação preliminar positiva do segundo pedido de pagamento da Itália de 21 mil milhões de euros, dos quais 10 mil milhões de euros de subvenções e 11 mil milhões de euros de empréstimos (líquidos de pré-financiamento) ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), o instrumento-chave do NextGenerationEU.

A 28 de junho de 2022, a Itália apresentou à Comissão um pedido de pagamento com base no cumprimento dos 45 marcos e objetivos selecionados na Decisão de Execução do Conselho para a segunda prestação. Estes abrangem reformas nos domínios do emprego público (como parte de uma reforma mais ampla da administração pública), contratos públicos, docência, administração fiscal e cuidados de saúde territoriais. O pedido de pagamento inclui investimentos em áreas políticas fundamentais, incluindo ultra-broadband e 5G, investigação e inovação, turismo e cultura, hidrogénio, regeneração urbana e digitalização de escolas. Este pedido de pagamento inclui também um investimento para apoiar a reforma do sistema de justiça e reduzir o atraso dos processos.

Entrada em vigor do Acordo-Quadro entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Austrália, por outro

O Acordo-Quadro entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Austrália, por outro, assinado em Manila (Filipinas) em 7 de agosto de 2017, [entrará](#) em vigor em 21 de outubro de 2022, dado ter sido concluído em 21 de setembro de 2022 o procedimento previsto no seu artigo 61.º, n.º 1.

NextGenerationEU: Comissão Europeia recebe segundo pedido de pagamento de Portugal de 1,8 mil milhões de euros (líquidos de pré-financiamentos) a título do Mecanismo de Recuperação

A Comissão Europeia [recebeu](#), esta sexta-feira, o segundo pedido de pagamento de Portugal ao abrigo do [Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#) (MRR). Portugal enviou à Comissão um pedido de desembolso de 1,7 mil milhões de euros em subvenções e 109 milhões de euros em empréstimos (líquidos de pré-financiamentos). O plano de recuperação e resiliência global de Portugal será financiado com 15,5 mil milhões de euros em subvenções e 2,7 mil milhões de euros em empréstimos. Os pagamentos efetuados a Portugal ao abrigo do MRR baseiam-se no desempenho e dependem da execução por Portugal dos investimentos e reformas descritos no seu plano de recuperação e resiliência.

O segundo pedido de pagamento de Portugal refere-se a 20 marcos e metas que abrangem, nomeadamente, reformas e investimentos nos domínios da saúde e das políticas sociais, da transição ecológica e da adaptação às alterações climáticas, como a bioeconomia, os transportes sustentáveis e a gestão florestal. Contém igualmente medidas de apoio à transição digital nos setores público e privado, incluindo a formação e a melhoria de competências.

A Comissão dispõe agora de dois meses para avaliar o pedido. Em seguida, enviará ao Comité Económico e Financeiro (CEF) do Conselho a sua avaliação preliminar do cumprimento, por parte de Portugal, dos marcos e metas exigidos para este pagamento. Mais informações sobre o processo dos pedidos de pagamento no âmbito do MRR estão disponíveis neste [documento com perguntas e respostas](#).



Emprego

Rendimento mínimo: é necessário um apoio mais eficaz para combater a pobreza e promover o emprego

A Comissão Europeia [insta](#) os Estados-Membros a modernizarem os seus regimes de rendimento mínimo no âmbito do compromisso premente de reduzir a pobreza e a exclusão social na Europa. A [proposta de recomendação do Conselho relativa a um rendimento mínimo adequado que garanta a inclusão ativa](#) define a forma como os Estados-Membros podem modernizar os seus regimes de rendimento mínimo, de modo a aumentar a respetiva eficácia, tirar as pessoas da pobreza e promover a integração no mercado de trabalho das pessoas em condições de trabalhar.

O rendimento mínimo consiste em pagamentos em numerário que ajudam os agregados familiares necessitados a alcançar um determinado nível de rendimento que lhes permite pagar as faturas e viver uma vida digna. Estes regimes são particularmente importantes em tempos de recessão económica, pois permitem colmatar as quebras de rendimento dos agregados familiares que afetam particularmente as pessoas mais necessitadas, contribuindo, assim, para um crescimento sustentável e inclusivo. Em geral são complementados com prestações em espécie que dão acesso a serviços e incentivos específicos para aceder ao mercado de trabalho. Deste modo, os regimes de rendimento mínimo não são um instrumento passivo, mas funcionam como trampolim para melhorar as perspetivas de inclusão e de emprego. Os regimes de rendimento mínimo bem concebidos assentam num equilíbrio entre a redução da pobreza, o incentivo ao trabalho e a manutenção de custos orçamentais sustentáveis.

A proposta ajudará a concretizar os objetivos sociais da UE para 2030, no sentido de reduzir o número de pessoas em risco de pobreza e de exclusão em, pelo menos, 15 milhões, como estabelecido no [Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais](#). Apoiará ainda os Estados-Membros na sua determinação de atingir o objetivo de propor emprego a, pelo menos, 78 % da população com idades compreendidas entre os 20 e os 64 anos.

Política anti-trust: Comissão adota orientações sobre convenções coletivas de trabalhadores independentes sem empregados

A Comissão Europeia [adotou](#) orientações sobre a aplicação do direito da concorrência da UE às convenções coletivas ([«as orientações»](#)) respeitantes às condições de trabalho dos trabalhadores independentes sem empregados. As orientações [esclarecem](#) em que circunstâncias determinados trabalhadores independentes podem unir-se para negociar coletivamente melhores condições de trabalho sem infringir as regras de concorrência da UE.

O artigo 101.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia proíbe acordos entre empresas que restrinjam a concorrência. Embora as convenções coletivas entre empregadores e trabalhadores não estejam sujeitas às regras de concorrência da UE, os trabalhadores independentes são considerados «empresas» e, por conseguinte, correm o risco de infringir essas regras quando negociam coletivamente os preços dos seus serviços ou outras condições comerciais. Consequentemente, os trabalhadores independentes têm, muitas vezes, dúvidas quanto à possibilidade de negociar coletivamente as suas condições de trabalho.

Quarto relatório confirma o sucesso do SURE na proteção de empregos durante a pandemia

A Comissão Europeia publicou o [seu quarto relatório bianual sobre a implementação e o impacto do SURE](#) o instrumento de 100 mil milhões de euros concebido para proteger os empregos e os rendimentos afetados pela pandemia da COVID-19. O relatório confirma e aprofunda as conclusões dos três relatórios bianuais anteriores, nomeadamente que o SURE conseguiu amortecer o impacto da pandemia e apoiar a recuperação em 2021. Um comunicado de imprensa com mais informações está disponível [aqui](#).



Conselho acorda medidas de emergência para reduzir os preços da energia

Os ministros da energia da UE [chegaram](#) esta sexta-feira a um acordo político sobre uma proposta de regulamento do Conselho para fazer face aos preços elevados da energia. O regulamento introduz medidas comuns para reduzir a procura de eletricidade e para redistribuir as receitas excedentárias do setor da energia aos clientes finais.

O Conselho concordou com um objetivo voluntário de redução global de 10% do consumo bruto de eletricidade e um objetivo obrigatório de redução de 5% do consumo de eletricidade nas horas de ponta. Os Estados-Membros identificarão 10% das suas horas de ponta entre 1 de dezembro de 2022 e 31 de março de 2023, durante as quais reduzirão a procura. Os Estados-Membros serão livres de escolher as medidas adequadas para reduzir o consumo para ambos os objetivos neste período.

O Conselho concordou em limitar as receitas do mercado a 180 euros/MWh para os fornecedores de eletricidade, incluindo intermediários, que utilizam as chamadas tecnologias inframarginais para produzir eletricidade, tais como energias renováveis, nuclear e lignite. Tais operadores obtiveram ganhos financeiros inesperadamente elevados ao longo dos últimos meses, sem que os seus custos operacionais aumentassem. Isto deve-se ao papel do carvão e do gás como fontes marginais de fixação de preços que atualmente inflacionam o preço final da eletricidade.

REPowerEU: Comissão Europeia e líderes da indústria lançam parceria industrial para o Biometano

A Comissão Europeia [lançou](#) uma Parceria Industrial de Biometano (BIP) em cooperação com os líderes industriais na [Semana Europeia da Energia Sustentável](#) em Bruxelas, comprometendo-se assim com a transição para a energia verde. Esta nova parceria público-privada visa apoiar a realização do [objetivo](#) de aumentar a produção e utilização anual de biometano para 35 mil milhões de metros cúbicos até 2030. Reduzirá a dependência da Europa do gás natural russo de uma forma rentável. Ao mesmo tempo, dará uma contribuição substancial para um sistema integrado de energia, para a diversificação do rendimento dos agricultores e para uma abordagem circular.

Andreia Carreiro, cofundadora da Women in Energy Portugal, reconhecida pela Comissão Europeia por contribuir para a transformação dos sistemas energéticos locais

Andreia Carreiro, açoriana e antiga diretora regional da Energia do Governo Regional dos Açores, foi [galardoada](#) com o *European Sustainable Energy Award 2022* na categoria Mulher na Energia. O prémio reconhece as mulheres que desenvolvem atividades excecionais que, se reproduzidas, ajudam na transição para uma energia limpa. É dada especial atenção aos esforços na condução da agenda da integração de género e no apoio à igualdade de oportunidades no setor da energia. A comissária europeia da Energia, Kadri Simson, reuniu-se com os quatro vencedores do prémio para os felicitar. O prémio foi entregue durante o maior evento anual dedicado às energias renováveis e à eficiência energética na Europa, [European Sustainable Energy Week](#), que decorreu esta semana em Bruxelas.

Auxílios estatais: Comissão aprova medidas alemãs adicionais para apoiar a produção de eletricidade a partir de fontes de energia renováveis

A Comissão Europeia [aprovou](#), ao abrigo das regras da UE sobre auxílios estatais, três medidas adicionais para apoiar a produção de eletricidade a partir de fontes de energia renováveis na Alemanha. As medidas adicionais complementam a lei alemã sobre energias renováveis ("Erneuerbare Energien Gesetz" - "EEG 2021"), e contribuirão ainda mais para alcançar as metas ambientais da Alemanha e os objetivos estratégicos da UE relacionados com o Pacto Ecológico Europeu.

A Alemanha notificou a Comissão da sua intenção de adotar três medidas adicionais no contexto do seu regime de apoio EEG 2021 aprovado pela Comissão em abril de 2021 (SA.57779). O regime EEG 2021 visa aumentar a proteção climática e expandir as energias renováveis. Com as três medidas adicionais, a Alemanha comprometeu-se com mecanismos mais orientados para o mercado para apoiar a produção de eletricidade verde.

Segurança do abastecimento: inaugurado gasoduto do Báltico

A Comissão Europeia [congratulou-se](#) com a inauguração do gasoduto do Báltico, na cerimónia de abertura deste novo gasoduto em Goleniów, Polónia. Ao mesmo tempo que a UE intensifica os seus esforços para aumentar a segurança do aprovisionamento energético, esta nova infraestrutura irá aumentar a diversificação das importações de gás na Europa Central e Oriental e nos Estados Bálticos, abrindo uma nova rota desde o Mar do Norte até à UE. A comissário para a Energia, Kadri Simson, afirmou: "O gasoduto do Báltico é um projeto-chave para a segurança do aprovisionamento da região e o resultado de um esforço político da UE para diversificar as fontes de gás. O gasoduto irá desempenhar um papel valioso na atenuação da atual crise energética".

A Comissão há muito que apoia este projeto política e financeiramente como parte do seu trabalho para melhorar as infraestruturas energéticas da UE ao abrigo do Regulamento RTE-E. O gasoduto do Báltico é um projeto de interesse comum desde 2013 e recebeu cerca de 267 milhões de euros de financiamento da UE através do Mecanismo de Ligação à Europa (CEF), ajudando a completar os estudos preparatórios (cerca de 51 milhões de euros) e as obras de construção (cerca de 215 milhões de euros). Permitirá a importação de até 10 bcm por ano de gás da Noruega para a Polónia através da Dinamarca e o transporte de 3 bcm por ano de gás da Polónia para a Dinamarca. O início do transporte de gás está previsto para 1 de outubro de 2022.

Declaração do alto representante, em nome da União Europeia, sobre as fugas nos gasodutos Nord Stream

Na sequência do registo de fugas nos gasodutos que ligam a Rússia à União Europeia, o alto representante da UE [referiu](#) que «a União Europeia está profundamente preocupada com os danos nos gasodutos *Nord Stream* 1 e 2, que provocaram fugas nas águas internacionais do mar Báltico. As preocupações com a segurança e o ambiente são uma prioridade absoluta. Estes incidentes não são uma coincidência e afetam-nos a todos. Todas as informações de que dispomos indicam que estas fugas são resultado de um ato deliberado. Apoiaremos qualquer investigação destinada a esclarecer cabalmente o que aconteceu e porquê, e tomaremos novas medidas para aumentar a nossa resiliência em matéria de segurança energética. Qualquer perturbação deliberada da infraestrutura energética europeia é totalmente inaceitável e terá uma resposta sólida e unida.».



Estado de Direito

Declaração dos Membros do Conselho Europeu condenado a anexação ilegal pela Rússia das regiões ucranianas

Os membros do Conselho Europeu emitiram uma declaração a condenar a anexação ilegal, pela Rússia, das regiões ucranianas de Donetsk, Lugansk, Zaporíjia e Quérsón, que poderá ser consultada [aqui](#).

Prémio Sakharov 2022: quem são os nomeados?

O Parlamento Europeu [atribui](#) anualmente o Prémio Sakharov para homenagear pessoas e organizações que se destacam nos âmbitos dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. No ano passado, o prémio foi atribuído ao líder da oposição russa, [Alexei Navalny](#), pela sua luta contra a corrupção e os abusos dos direitos humanos cometidos pelo Kremlin. As nomeações para o Prémio Sakharov podem ser apresentadas pelos grupos políticos e por grupos de, pelo menos, 40 eurodeputados. As nomeações deste ano foram apresentadas durante uma reunião conjunta das comissões dos Assuntos Externos (AFET) e do Desenvolvimento (DEVE) e da Subcomissão dos Direitos do Homem (DROI) em Bruxelas, a 26 de setembro.

Os nomeados desta edição de 2022 do Prémio Sakharov são: os cidadãos ucranianos representados pelo Presidente Volodymyr Zelensky (nomeado pelo PPE); os cidadãos da Ucrânia (nomeado pelos grupos S&D e Renew Europe); Sônia Guajajara (nomeada pelos Verdes/ALE); o presidente Zelensky (nomeado pelo ECR); a Comissão da Verdade da Colômbia (nomeada pelo grupo A Esquerda/GUE-NGL); Shireen Abu Akleh (nomeada por Grace O'Sullivan e mais 42 eurodeputados); Julian Assange (nomeado por Sabrina Pignedoli e mais 40 eurodeputados).

O [Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento](#) tem sido atribuído a indivíduos e organizações que defendem os direitos humanos e as liberdades fundamentais, desde a sua criação em 1988. Esta distinção deve o seu nome ao físico e dissidente político soviético Andrei Sakharov e o(a) vencedor(a) recebe como prémio 50 mil euros.

Violações dos valores europeus: como a UE pode agir (infografia do Parlamento Europeu)

A UE dispõe de mecanismos para proteger os seus valores e o orçamento face ao risco de violação por parte de um Estado-Membro. A União Europeia assenta em [valores comuns](#) que unem países e povos. Estes valores [estão](#) consagrados na parte inicial do Tratado da União Europeia, no artigo 2º. Incluem o respeito pela dignidade humana, a liberdade, a democracia, a igualdade, o Estado de direito e o respeito pelos direitos humanos.

O princípio do Estado de direito significa que os governos devem estar legalmente vinculados, não devem tomar decisões arbitrárias e que os cidadãos devem poder contestar as suas ações em tribunais independentes. Ele consagra também a luta contra a corrupção - a qual favorece injustamente alguns em detrimento de outros, e a salvaguarda da liberdade dos meios de comunicação social, assegurando assim que o público seja devidamente informado sobre a ação governamental. Nos últimos anos, o Parlamento Europeu tem alertado para o agravamento da situação do Estado de direito em alguns Estados-Membros, como a Hungria. Os eurodeputados têm apelado repetidamente à Comissão Europeia e aos Estados-Membros para que protejam os valores e o orçamento da UE.

O procedimento descrito no artigo 7.º do Tratado da União Europeia foi introduzido pelo Tratado de Amesterdão em 1997. Inclui dois mecanismos para proteger os valores da UE: um com medidas preventivas quando existe um risco manifesto de violação grave dos valores da UE; e um mecanismo de sanções no caso de violação verificada dos valores da UE. Embora as possíveis sanções contra o Estado-Membro não estejam claramente definidas nos Tratados, podem incluir a suspensão do direito de voto no Conselho.

Comissão Europeia propõe oitavo pacote de sanções contra a Rússia

A Comissão Europeia propôs, na passada quarta-feira, um novo pacote de sanções contra a Rússia, o oitavo, após a realização dos referendos nas áreas ucranianas ocupadas pelos russos. As medidas foram propostas pela presidente da Comissão Europeia e pelo alto representante.

Ursula von der Leyen [adiantou](#) que «não aceitamos os referendos fictícios nem qualquer tipo de anexação na Ucrânia. E estamos determinados a fazer o Kremlin pagar por esta nova escalada. Assim, hoje, estamos juntos a propor um novo pacote de sanções contra a Rússia. Propomos manter os produtos russos fora do mercado europeu e privar a Rússia de um adicional de 7 mil milhões de euros de receitas. Propomos também alargar a lista de produtos que já não podem ser exportados para a Rússia. O objetivo é aqui privar o complexo militar do Kremlin de tecnologias-chave. Por exemplo, inclui artigos de aviação adicionais, ou componentes eletrónicos e substâncias químicas específicas. A terceira camada sancionatória diz respeito ao petróleo russo. Como sabem, a Rússia está a utilizar os lucros da venda de combustíveis fósseis para financiar a guerra. Relativamente ao petróleo russo, recorde-se que já concordámos em proibir o petróleo bruto russo marítimo na União Europeia a partir de 5 de dezembro. Mas também sabemos que certos países em desenvolvimento ainda precisam de alguns fornecimentos de petróleo russo, mas a preços baixos. Assim, o G7 concordou, em princípio, em introduzir um limite de preços para o petróleo russo para países terceiros.».

Josep Borrell [complementou](#) a intervenção anterior ao referir que «estamos a aumentar as listas de pessoas e entidades que foram sancionadas. Há mais de 1.300 pessoas ou entidades. Esta lista destina-se aos principais decisores, oligarcas, altos funcionários militares e propagandistas, responsáveis por minar a integridade territorial da Ucrânia. Em resposta direta à última escalada russa - por exemplo, chamar 300 mil soldados para a guerra - propomos a adoção de medidas restritivas adicionais contra os indivíduos que apoiam, facilitam ou beneficiam da invasão da Ucrânia.».

Pacote de processos por infração de setembro: principais decisões

No seu pacote regular de decisões relativas aos processos por infração, a Comissão Europeia [instaura](#) processos judiciais contra vários Estados-Membros por estes não terem cumprido as obrigações que lhes são impostas pelo direito da UE. Estas decisões, que abrangem vários setores e domínios políticos da UE, visam assegurar a correta aplicação do direito da UE em benefício dos cidadãos e das empresas. As principais decisões tomadas pela Comissão são apresentadas mais abaixo, por domínio político. A Comissão decidiu também encerrar 107 processos, em que os problemas identificados nos Estados-Membros em causa foram resolvidos sem que fosse necessário dar seguimento ao processo.

No componente ambiente e pescas, por exemplo, a Comissão Europeia insta a Bélgica ([INFR\(2022\)0009](#)), a Croácia ([INFR\(2022\)0086](#)), a Dinamarca ([INFR\(2022\)2081](#)), a Estónia ([INFR\(2022\)0054](#)), a França ([INFR\(2022\)2050](#)), a Irlanda ([INFR\(2022\)0096](#)), a Letónia ([INFR\(2022\)0124](#)), a Polónia ([INFR\(2022\)0148](#)), Portugal ([INFR\(2022\)0157](#)), a Eslovénia ([INFR\(2022\)0179](#)) e a Finlândia ([INFR\(2022\)0078](#)) a transporem integralmente a Diretiva Plásticos de Utilização Única ([Diretiva 2019/904](#)) para os seus direitos nacionais. A Diretiva Plásticos de Utilização Única visa prevenir e reduzir o impacto de determinados produtos de plástico utilizados durante muito pouco tempo no ambiente, em especial no meio marinho e na saúde humana.

Já no que diz respeito às emissões industriais, a Comissão insta Portugal ([INFR\(2022\)2085](#)) a melhorar as suas regras nacionais, nomeadamente a harmonizar a sua legislação nacional com a Diretiva Emissões Industriais ([Diretiva 2010/75/UE](#)). A diretiva estabelece regras destinadas a prevenir e reduzir as emissões industriais para o ar, a água e o solo e a impedir a produção de resíduos, a fim de alcançar um elevado nível de proteção do ambiente. O [Pacto Ecológico Europeu](#), com a sua ambição de poluição zero, visa a redução da poluição do ar, da água e do solo para níveis que deixem de ser considerados nocivos para a

saúde humana e para o ambiente. Portugal não refletiu corretamente determinadas disposições da diretiva no seu direito nacional, como, por exemplo, a obrigação de o operador de instalações industriais informar imediatamente a autoridade competente em caso de problemas.

Política anti-trust: Comissão atualiza a aplicação eLeniency para conceder às empresas o acesso em linha a documentos relativos a procedimentos de clemência e de transação

A Comissão Europeia [atualizou](#) a sua plataforma em linha «[eLeniency](#)», a fim de garantir que as empresas que são partes em processos anti-trust e processos relativos a cartéis possam aceder facilmente e de forma segura aos documentos em linha. Esta nova versão permite uma interação eficiente com as partes e adapta a aplicação aos métodos de trabalho atuais.

A plataforma eLeniency, introduzida em [2019](#) como aplicação unidirecional, permite que as empresas e os seus representantes legais apresentem declarações e documentos em linha no âmbito dos procedimentos de clemência e de transação e dos procedimentos de cooperação em processos não relacionados com cartéis. No entanto, até agora, o acesso a documentos que são objeto de uma proteção especial, como as declarações de empresas, realizava-se exclusivamente nas instalações físicas da Comissão.

A nova versão bidirecional da aplicação [eLeniency](#) permitirá à Comissão apresentar facilmente e de forma segura os documentos em linha. Por conseguinte, as partes já não terão de se deslocar às instalações da Comissão para poderem aceder ou serem notificadas de um conjunto de diferentes documentos e informações produzidos no âmbito da clemência, das transações relativas a cartéis e da cooperação em processos não relacionados com cartéis.



Inovação, Investigação científica, ciência

Comissão lança convite à apresentação de candidaturas para investigadores deslocados provenientes da Ucrânia

No quadro do programa MSCA4Ukraine, financiado pela Comissão Europeia através das [Ações Marie Skłodowska-Curie](#), foi [publicado](#) o convite à apresentação de candidaturas para apoiar investigadores provenientes da Ucrânia. Com um orçamento total de 25 milhões de euros, o programa MSCA4Ukraine concederá bolsas a doutorandos e investigadores em pós-doutoramento.

As organizações anfitriãs e os investigadores interessados podem começar já a preparar as suas candidaturas e podem aceder, no [sítio Web MSCA4Ukraine](#), aos serviços de estabelecimento de contactos e às especificações do convite à apresentação de candidaturas, incluindo os critérios de elegibilidade, os requisitos de candidatura, as orientações para os candidatos, bem como os termos e condições. A 6 de outubro, será organizada uma jornada de informação para as potenciais organizações anfitriãs. Os investigadores que pretendam candidatar-se devem, em primeiro lugar, preparar uma candidatura em conjunto com a sua potencial organização de acolhimento, que apresentará a proposta em nome do investigador através de um portal em linha. As candidaturas serão examinadas por ordem até que todos os fundos disponíveis sejam mobilizados.

O programa MSCA4Ukraine faz parte da resposta da UE à invasão da Ucrânia pela Rússia e à necessidade de uma ação para apoiar os investigadores provenientes da Ucrânia para lhes permitir prosseguir os seus trabalhos na Europa, ajudando a salvar o sistema de investigação e inovação da Ucrânia e a liberdade da investigação científica em geral. O programa é gerido por algumas das organizações que fazem parte do atual projeto [InspireEurope](#), financiado pelas Ações Marie Skłodowska-Curie, que já presta apoio aos investigadores em situações de risco. A 22 de março de 2022, a Comissão lançou o portal «[Espaço Europeu da Investigação para a Ucrânia](#)» (ERA4Ukraine), um balcão único para os serviços de informação e de apoio aos investigadores estabelecidos na Ucrânia e aos investigadores que fogem da Ucrânia. O portal reúne iniciativas a nível da UE, iniciativas por país e iniciativas de grupos não governamentais. O seu objetivo consiste em ajudar os investigadores afetados a encontrar alojamento e oportunidades de emprego, facilitar o reconhecimento dos seus diplomas e oferecer outros serviços.



Juventude e Educação

Novo relatório Eurydice sobre a literacia informática nas escolas europeias

A rede Eurydice da Comissão Europeia [publicou](#) um novo [relatório](#) sobre "Literacia Informática nas Escolas Europeias". Para acompanhar e adaptar-se à rápida evolução das tecnologias digitais, os jovens precisam das competências necessárias para participar ativamente, de forma responsável e segura num mundo digitalizado. A promoção do desenvolvimento de competências digitais através da literacia informática nas escolas é uma pedra angular para alcançar estes objetivos.

Este relatório contribui para o desenvolvimento de um entendimento comum do ensino das ciências informáticas. Fornece uma análise comparativa das abordagens de ensino e dos resultados de aprendizagem nas escolas primárias e secundárias

em toda a Europa. Também examina as qualificações dos professores e as oportunidades de formação. O relatório constata, por exemplo, que mais de dois terços dos sistemas educativos estão a desenvolver ou a implementar reformas para atualizar o currículo informático, introduzindo frequentemente uma nova disciplina dedicada através de uma ou mais notas. A rede Eurydice publica estudos comparativos sobre tópicos específicos, descrições dos sistemas educativos nacionais, e indicadores e estatísticas educacionais.

Noite dos Investigadores Europeus e iniciativa «Investigadores nas Escolas»: os investigadores encontram-se com as crianças e mostram as maravilhas da ciência

Realizou-se, esta sexta-feira, e em 26 países a Noite Europeia dos Investigadores, o maior evento de divulgação e promoção científica da Europa, para dar a conhecer a diversidade da investigação e da inovação europeias e o seu impacto na vida quotidiana dos cidadãos. O evento [teve](#) lugar em vários Estados-Membros da UE e em países associados ao Horizonte Europa.

Este evento, que reúne todos os anos mais de um milhão de visitantes da Europa e do resto do mundo, aproxima os cientistas do grande público e estimula o interesse nas carreiras de investigação, especialmente entre os jovens. As crianças, os jovens e as famílias têm a oportunidade de conhecer o trabalho dos investigadores através de atividades recreativas e educativas, como espetáculos científicos, jogos, passatempos, concursos, exposições e atividades digitais.

No contexto do [Ano Europeu da Juventude](#), a Comissão lançou a nova iniciativa «[Investigadores nas Escolas](#)», que, nos próximos dois anos, irá promover a interação direta entre os investigadores, os professores do ensino primário e secundário e os alunos. Estes intercâmbios irão permitir-lhes compreender melhor os desafios que as nossas sociedades enfrentam e alargar o acesso à ciência, à tecnologia, às artes e à matemática (CTEAM) e às atividades de investigação. As atividades no âmbito da iniciativa «Investigadores nas Escolas» serão realizadas por projetos da Noite dos Investigadores Europeus e irão incluir apresentações nas escolas, experiências práticas, visitas a laboratórios, jogos, debates e exercícios de representação. Nos próximos dois anos, a iniciativa irá chegar a mais de 2 400 escolas e vai envolver mais de 224 mil alunos. Estas duas iniciativas emblemáticas são financiadas ao abrigo das [Ações Marie Skłodowska-Curie](#) da UE (MSCA).

Orçamento recorde de 384 milhões de euros no âmbito de Erasmus+

A Comissão Europeia anunciou um [quarto convite à apresentação de propostas](#) Erasmus+ para apoiar a continuação da [“Iniciativa Universidades Europeias”](#). Com um orçamento total recorde de 384 milhões de euros, o concurso “Erasmus+ Universidades Europeias 2023” estará aberto até 31 de janeiro de 2023. O convite 2023, tal como [o convite Erasmus+ 2022](#), oferece financiamento sustentável para intensificar a cooperação institucional transnacional entre instituições de ensino superior, bem como oportunidades de estabelecer alianças completamente novas. Além disso, será atribuído um Selo de Excelência como selo de qualidade às propostas que tenham sido avaliadas e classificadas como de alta qualidade, mas que não puderam ser financiadas ao abrigo deste concurso Erasmus+, para facilitar a procura de financiamento alternativo.



Mar e pescas

Pesca ilegal, não declarada e não regulamentada ameaça severamente os ecossistemas marinhos, segundo o TCE

A pesca ilegal, não declarada e não regulamentada é uma das maiores ameaças para os ecossistemas marinhos, prejudicando os esforços de gestão sustentável das pescas. A União Europeia e os Estados-Membros criaram medidas para controlar a pesca ilegal, mas que não têm a eficácia necessária, devido à forma desigual como os países aplicam os controlos e as penalizações. Esta é a conclusão de um [relatório especial](#) que o Tribunal de Contas Europeu (TCE), em que recomenda que a Comissão Europeia verifique se os Estados-Membros reforçam os regimes de controlo para impedir a importação de produtos da pesca ilegal.

O TCE aconselha também a Comissão a assegurar que os Estados-Membros aplicam penalizações dissuasoras contra a pesca ilegal nas águas da UE e fora delas. A UE é um grande interveniente mundial no setor das pescas, pela dimensão da sua frota (cerca de 79 mil navios) e por ser o maior importador mundial de produtos da pesca (34% do comércio mundial). Em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a UE estava empenhada em pôr termo à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada até 2020 – uma meta que não foi cumprida. No entanto, simplesmente assegurar a legalidade de um produto não garante que a sua proveniência seja sustentável.

Ações integram projeto europeu de gestão dos oceanos

O [projeto MSP4BIO](#) terá uma duração de 3 anos (agosto 2022 a agosto 2025). Tem um orçamento de 3,5 milhões de euros, e é liderado por s.Pro - projetos sustentáveis (SPRO) /SUBMARINER Network, Berlim, Alemanha. Procurar-se-á desenvolver e demonstrar as formas como o conhecimento pode tornar-se um veículo e uma ferramenta para a proteção e recuperação dos ecossistemas marinhos. O projeto promove a implementação da Estratégia de Biodiversidade da UE 2030, a Convenção sobre Diversidade Biológica pós-2020, e o Pacto Ecológico Europeu.

Mais concretamente, o MSP4BIO irá desenvolver uma gestão sócio-ecológica flexível integrada para lidar com um ambiente em rápida mudança para os ecossistemas costeiros, *offshore* e de profundidade, e validar a sua aplicabilidade concreta em 6 sítios de teste em 5 bacias marítimas europeias. A gestão assenta em melhores critérios de priorização da biodiversidade sistémica, com base nos melhores conhecimentos científicos disponíveis sobre atributos de biodiversidade, e ligando as características ecológicas espaciais (incluindo as migratórias) a considerações socioeconómicas.

O projeto assenta e integra o conhecimento e resultados existentes de múltiplas origens, e assegura uma colaboração eficaz com projetos e iniciativas relevantes para preencher as atuais lacunas sobre a biodiversidade marinha, abrindo o caminho para uma gestão eficaz da biodiversidade. A Universidade dos Açores [será](#) uma das partes integrantes do consórcio interdisciplinar internacional.

Conselho e Parlamento chegam a um acordo político provisório sobre o acesso às águas da União

A Presidência checa do Conselho da União Europeia e o Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo político provisório sobre o regime de acesso dos navios de pesca às águas territoriais dos Estados-Membros. O acordo provisório prorroga por mais dez anos as regras de acesso às águas da União — que estava prestes a expirar no final do ano. Se adotado, o regulamento entrará em vigor em 1 de janeiro de 2023.

O acordo garante que as atuais restrições não expiram no final do ano e não conduzirá a um acesso sem restrições às águas dos Estados-Membros. Tal como sublinhado no acordo provisório, estas restrições de acesso fazem parte integrante da política comum das pescas (PCP). A duração e o âmbito desta prorrogação podem ser revistos no âmbito de qualquer futura revisão da PCP, após uma avaliação prévia do funcionamento da política comum das pescas. A Comissão avaliará as regras gerais relativas ao acesso às águas antes do termo das atuais derrogações, até 30 de junho de 2031.

O acordo provisório clarifica ainda o acesso dos navios italianos à zona das 6 a 12 milhas marítimas das águas territoriais gregas no mar Jónico e na ZEE grega, e mantém as condições existentes no que respeita ao acesso recíproco das frotas croata e eslovena às respetivas águas.



Mobilidade e Transportes

Aeronaves: intervenientes da indústria aeronáutica subscrevem a *Alliance for Zero-Emission Aviation*

A Comissão Europeia [divulgou](#) a [lista dos membros iniciais da Alliance for Zero-Emission Aviation \(AZEA\)](#), que inclui empresas de todas as dimensões de todo o ecossistema industrial do transporte aéreo, incluindo a indústria aeronáutica, companhias aéreas, aeroportos, fornecedores de energia, associações empresariais e organizações da sociedade civil. A Agência Europeia para a Segurança da Aviação (EASA) e a Eurocontrol, a organização europeia de gestão do tráfego aéreo, também aderiram à Aliança. A SATA Air Açores faz parte dos membros iniciais.

A Aliança é uma iniciativa voluntária de parceiros privados e públicos que partilham o objetivo de preparar a entrada em serviço comercial de aviões movidos a hidrogénio e elétricos. Pretende-se juntar atores de todo o ecossistema em torno do mesmo propósito e começar a planear a implantação destes aviões. Será especialmente bem-vinda a participação de pequenos atores da indústria e de novas empresas que trabalhem em soluções de transporte aéreo que sejam neutras para o clima.



Saúde

Variola dos macacos: Comissão adquire ciclos de tratamento para satisfazer as necessidades imediatas

A Comissão Europeia [adquiriu](#) no passado dia 26 de setembro mais de 10 mil doses de tratamento de tecovirimat para tratar a variola dos macacos. Esta contratação pública de emergência, que é financiada pela [Autoridade Europeia de Preparação e Resposta a Emergências Sanitárias](#) (HERA) e canalizada através do rescEU, destina-se a obter doses de tratamento de tecovirimat para tratar pacientes com necessidades imediatas nos Estados-Membros. O tecovirimat é produzido pela empresa farmacêutica Meridian/SIGA.

Desde o início do surto da variola dos macacos, a Comissão tem vindo a acompanhar de perto a evolução desta doença na Europa e a apoiar os esforços realizados pelos Estados-Membros para se preparar e dar resposta a esta crise. A aquisição e doação de mais de 334 mil doses de vacinas produzidas pela Bavarian Nordic é apenas um dos exemplos do apoio prestado aos Estados-Membros. Um dos principais objetivos da HERA é contribuir para o desenvolvimento, o fabrico, a contratação pública e a distribuição equitativa de contramedidas médicas essenciais.

As ameaças emergentes, como as emergências médicas e os acidentes QBRN, podem gerar situações que excedam a capacidade de assistência mútua dos Estados-Membros da UE, especialmente se diversos países europeus se virem

simultaneamente confrontados com o mesmo tipo de catástrofe. Após a ativação do Mecanismo de Proteção Civil da UE, o [rescEU](#) proporcionará um nível adicional de proteção e assegurará uma resposta mais rápida e mais abrangente às catástrofes. A reserva rescEU será financiada a 100 % pela UE e continuará a ser controlada pela Comissão Europeia, em estreita colaboração com o país onde a reserva se encontra constituída.

Comissão toma medidas para reforçar a proteção das pessoas contra o amianto e garantir um futuro sem amianto

O amianto é uma substância cancerígena extremamente perigosa que ainda está presente em muitos dos edifícios europeus e é responsável por muitas mortes evitáveis na UE. A Comissão Europeia [apresentou](#) uma abordagem global com o objetivo de melhor proteger as pessoas e o ambiente contra o amianto e de garantir um futuro sem amianto. As medidas incluem: uma [comunicação, intitulada «Rumo a um futuro sem amianto»](#), que trata a questão do amianto de forma global, desde a melhoria dos diagnósticos e do tratamento de doenças provocadas pelo amianto até ao tratamento de resíduos, passando pela identificação e remoção do amianto de forma segura; e a [proposta de alteração da Diretiva Amianto no Trabalho](#), a fim de melhorar a proteção dos trabalhadores, reduzindo significativamente o limite de exposição profissional ao amianto.

Embora desde 2005 o amianto seja proibido na UE, em todas as suas formas, continua presente em edifícios mais antigos. Representa uma ameaça para a saúde, sobretudo quando os materiais que contêm amianto são perturbados e as fibras são libertadas e inaladas, por exemplo durante obras de renovação. Até 78 % dos cânceros profissionais reconhecidos nos Estados-Membros estão relacionados com o amianto. Quando inaladas, as fibras de amianto presentes no ar podem causar, por exemplo, um mesotelioma e um cancro do pulmão, com um período médio de 30 anos entre a exposição e os primeiros sinais de doença.



Solidariedade Externa da União Europeia e Diplomacia

Reforçar o financiamento sustentável nos países de rendimento baixo e médio: início dos trabalhos do grupo de peritos de alto nível

O grupo de peritos de alto nível (GPAN) sobre o reforço do financiamento sustentável nos países de rendimento baixo e médio [reuniu-se](#) essa semana, pela primeira vez, em Bruxelas para iniciar a sua reflexão sobre os desafios e as oportunidades de financiamento sustentável nos países parceiros, com vista a apresentar à Comissão recomendações sobre a forma de aumentar o financiamento pelo setor privado. Numa altura em que múltiplas crises mundiais estão a ter um forte impacto na economia global, anulando anos de progresso na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ajudar os países parceiros a aceder a financiamento para os seus projetos de infraestruturas sustentáveis, em consonância com a Estratégia Global Gateway, é fundamental para a recuperação mundial.

A missão do grupo consiste em determinar, nos próximos nove meses, de que forma a Comissão Europeia poderá, no âmbito de uma abordagem da Equipa Europa, contribuir para obter o financiamento necessário do setor privado para os investimentos maciços imprescindíveis para fazer face aos desafios globais mais prementes e garantir o desenvolvimento sustentável. As recomendações, que deverão ser apresentadas em meados de 2023, servirão de base para uma estratégia global da Comissão destinada a reforçar o financiamento sustentável nos países de rendimento baixo e médio. A estratégia será fundamental para colmatar o défice de investimento nos países parceiros e para implementar a Estratégia da UE Global Gateway.

A criação deste grupo foi anunciada na Estratégia de financiamento da transição para uma economia sustentável, publicada pela Comissão em julho de 2021. Em resposta ao convite à apresentação de candidaturas publicado em abril de 2022, a Comissão Europeia recebeu um número muito elevado de candidaturas da sociedade, do meio académico, da comunidade empresarial e financeira e de outras instituições não públicas, tendo selecionado 20 peritos de alto nível dos Estados-Membros da UE e dos países parceiros.

Global Gateway: A presidente Ursula von der Leyen anuncia a concessão de financiamento destinado aos direitos das mulheres e dos jovens, à segurança alimentar, à luta contra doenças e à biodiversidade

Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, [concluiu](#) uma semana de intensos debates com líderes mundiais e parceiros internacionais na Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, tendo alcançado vários compromissos para fazer face à atual crise alimentar, agravada pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, pela urgência da crise climática e da natureza e para melhorar a saúde mundial. Na sua intervenção no [Global Citizen Festival](#), em Nova Iorque, a presidente da Comissão Europeia reiterou a determinação da UE em ajudar os parceiros mais vulneráveis a resolver as consequências sociais e económicas das ações ilegais da Rússia e em impulsionar os investimentos sustentáveis no âmbito da estratégia Global Gateway da UE.

Ursula von der Leyen comprometeu-se a disponibilizar 715 milhões de euros para o Fundo Mundial de Luta contra a SIDA, a Tuberculose e o Paludismo, o que eleva a contribuição total da Equipa Europa (UE e Estados-Membros) a mais de 4,3 mil milhões de euros. Anunciou igualmente a atribuição de 600 milhões de euros de fundos adicionais para dar resposta à crise

mundial de segurança alimentar nos países parceiros mais vulneráveis de África, das Caraíbas e do Pacífico. Além disso, anunciou uma nova contribuição de 45 milhões de euros num período de seis anos, para apoiar a saúde sexual e reprodutiva e os direitos conexos, bem como os direitos das mulheres, a nível mundial. E anunciou que a duplicação do financiamento da Comissão a favor da biodiversidade mundial se traduziria em 7 mil milhões de euros de investimentos para proteger a biodiversidade em todo o mundo. Por último, a presidente anunciou que a União Europeia está a preparar parcerias florestais com cinco países: Uganda, Zâmbia, Congo, Mongólia e Guiana.

Irão: declaração do alto representante em nome da União Europeia

Ao longo da última semana, na sequência dos maus-tratos infligidos a Mahsa Amini por parte da polícia da moralidade e da sua morte sob custódia policial, mulheres e homens em todo o Irão exerceram o seu direito fundamental de se reunirem e protestarem. Um número crescente de relatos indica que, apesar dos repetidos apelos à contenção, a resposta das forças policiais e de segurança iranianas às manifestações tem sido desproporcionada e resultou na perda de vidas humanas, bem como num grande número de feridos. A decisão das autoridades iranianas competentes de restringir fortemente o acesso à Internet e de bloquear as plataformas de mensagens instantâneas é um outro motivo de preocupação, uma vez que viola flagrantemente a liberdade de expressão.

Para a União Europeia e os seus Estados-Membros, o uso generalizado e desproporcionado da força contramanifestantes não violentos é injustificável e inaceitável. No Irão, como em qualquer outro lugar, a população tem o direito de se manifestar pacificamente. Esse direito tem de ser garantido em todas as circunstâncias.

A UE e os seus Estados-Membros [instam](#) as autoridades iranianas a respeitarem rigorosamente os princípios consagrados no Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, de que o Irão é parte. Por conseguinte, esperamos que o Irão ponha imediatamente termo à repressão violenta dos protestos e assegure o acesso à Internet, bem como a livre circulação da informação. Além disso, esperamos que o Irão clarifique o número de mortes e detenções, liberte todos os manifestantes não violentos e garanta o direito a um processo justo a todos os detidos.

Estamos com a Ucrânia: Comissão congratula-se com a declaração conjunta de prestar serviços para o envio de fundos à Ucrânia a preços comportáveis, acessíveis e transparentes

A Comissão Europeia [congratula-se](#) com a declaração conjunta das instituições financeiras da UE e da Ucrânia no sentido de prestar serviços para o envio de fundos à Ucrânia a preços comportáveis, acessíveis e transparentes. Atualmente, o envio de remessas dos cidadãos ucranianos que se encontram na UE são uma forma vital de proporcionar meios de subsistência às suas famílias e parentes no país. Face à crescente crise humanitária desencadeada pela agressão não provocada da Rússia contra a Ucrânia, a redução dos custos de envio dessas remessas poderia resultar em grandes poupanças para os ucranianos e para as suas famílias. Poderia igualmente contribuir para aumentar a ajuda ao povo ucraniano.

Com a declaração conjunta, os signatários comprometem-se a proporcionar: i) remessas com custos de envio comportáveis: reduzir voluntariamente as comissões totais e convergir para o objetivo de 3 % previsto nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e no Roteiro do G20 para os pagamentos transfronteiriços; ii) remessas com custos de envio transparentes: divulgar o montante total das comissões, incluindo as comissões de transferência e a margem cambial; e, iii) remessas com custos de envio acessíveis: procurar manter a acessibilidade dos serviços de envio de remessas através de uma rede de agentes e do desenvolvimento de serviços digitais.

A declaração conjunta é o resultado de uma mesa-redonda organizada pela Comissão e pelo Banco Nacional da Ucrânia com os prestadores de serviços de envio de remessas da UE e da Ucrânia, com a participação do Banco Mundial. Esta iniciativa vem na sequência de anteriores esforços para apoiar os refugiados ucranianos, nomeadamente uma abordagem coordenada para a conversão de notas de hryvnia por pessoas que fogem da Ucrânia. Todos os participantes na mesa-redonda concordaram com a Declaração Conjunta. Esta iniciativa permanece aberta: outras instituições do setor financeiro ativas na prestação de serviços de envio de remessas na UE e na Ucrânia são incentivadas a aderir à iniciativa e a aprovar a Declaração.

Comissão Europeia anuncia desembolso de 500 milhões de euros para o acesso à habitação, educação e setor agrícola ucraniano

O comissário europeu para as Negociações de Vizinhaça e Alargamento, Olivér Várhelyi, [anunciou](#) durante a sua visita a Kiev o desembolso de 500 milhões de euros em apoio orçamental da UE para apoiar soluções de habitação, educação e melhorar a segurança alimentar através do apoio ao setor agrícola na Ucrânia, na sequência da assinatura do Acordo de Financiamento à margem do Conselho de Associação UE-Ucrânia a 5 de setembro.



Tecnologia, comunicações, informática e satélites

Comissão premeia projetos de infraestruturas de banda larga e de implantação em toda a Europa

A Comissão Europeia [premiou](#) infraestruturas de banda larga inovadoras e projetos de implantação nos [Prémios Europeus de Banda Larga](#). Após um hiato de dois anos devido à pandemia de COVID-19, este evento anual mostrou as melhores práticas e exemplos de implantação rápida e inovadora de banda larga. Um dos projetos vencedores proporcionou ligações de banda

larga a 93 mil casas em Yvelines, [atraindo investimento privado](#) numa área de baixa densidade populacional. O júri também destacou o [Digital Nord Pas-de-Calais](#) por cobrir uma grande área com fibra. A colaboração entre os setores público e privado em Navarra permitiu o acesso à banda larga para todos os municípios de diferentes dimensões. O [projeto de fibra no Liechtenstein](#) permitirá a 25 mil lares beneficiar de acordos competitivos em matéria de serviços de comunicação. O premiado [projeto de banda larga Bautzen](#) permite a 8.800 empresas adaptarem-se à procura de trabalho à distância. Quase todas as PME locais em [St. Nikolai im Sausal](#) têm acesso à fibra. Estes são alguns dos exemplos.

Programa Europa Digital: Comissão Europeia abre concursos no valor de 200 milhões de euros

A Comissão [abriu](#) o terceiro conjunto de convites à apresentação de propostas do Programa Europa Digital, no valor de 200 milhões de euros, ao abrigo dos [Programas de Trabalho 2021-2022](#). Surge na sequência do primeiro conjunto de [convites](#) abertos em novembro de 2021 e do segundo conjunto de convites abertos em fevereiro de 2022.

Os convites estão abertos a empresas, administrações públicas e outras entidades dos Estados-Membros da UE, países da EFTA/EEE, e países associados. Este financiamento assistirá a um investimento de 170 milhões de euros em espaços de dados, ao desenvolvimento de uma plataforma de inteligência artificial (IA) para proporcionar às empresas e administrações públicas um acesso fácil a ferramentas de IA fiáveis feitas na Europa, infraestruturas de ponta a ponta, bem como ao investimento em programas de educação especializada na área das tecnologias digitais avançadas. O prazo termina a 24 de janeiro de 2023.

Está também igualmente aberto um novo concurso para os *Hubs* Europeus de Inovação Digital com mais 30 milhões de euros. Os *Hubs* localizados por toda a Europa apoiarão empresas privadas, incluindo PMEs e start-ups, e o setor público na sua transformação digital. O prazo para este convite é 16 de novembro de 2022.

Mais no Parlamento Europeu...

[Calendário para 2022 e 2023.](#)



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os [seis passos](#) para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

Nesta [página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas até ao próximo dia 12 de abril. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento tem diversas vagas para Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Operação naval europeia IRINI abre estágios para os interessados em Política de Defesa

Estão abertas candidaturas para estagiar na operação naval europeia IRINI, destinada a controlar o embargo de armas em direção à Líbia. Os estágios têm a duração de quatro meses, renováveis por igual período. Mais informações e candidaturas [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Até 10 de dezembro, a Agência Espacial Europeia tem abertas candidaturas para o seu programa de estágios 2021, direcionado a estudantes com a duração de 6 meses, em regime de teletrabalho, devido à pandemia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é a nova iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:





Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa [Política de Privacidade](#) – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!